

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Folha de São Paulo Class.: 267

Data 3 de dezembro de 1978 Pg.: _____

Cimi vê situação dramática

FSP - 3.12.78

LONDRINA (do correspondente) — O Conselho Indigenista Missionário, órgão da CNBB, reunido nos dias 28 e 29 de novembro, em Londrina, para analisar a situação dos indígenas nos Estados de São Paulo e Paraná, chegou a conclusão de que a atual situação das terras indígenas no país é dramática e que a maioria das tribos se encontram em fase de extinção devido ao contato com o homem branco e ao cerco que os invasores estão fazendo.

Para o vice-presidente do CIMI, padre Thomaz Aquino Lisboa, a situação tende a piorar, no entanto, com a assinatura do decreto de emancipação do índio. Segundo disse, o decreto visa, entre outras medidas, a limitar a ação dos líderes indígenas capazes de se manifestarem e exporem à sociedade os problemas e reivindicações de seu povo.

A "liquidação de lideranças", como foi definida pelo religioso, poderia ser enquadrada até na Lei de Segurança Nacional, opinião que foi aceita por todos os membros do CIMI, que acentuaram, no entanto, que ela resultará negativa na sociedade indígena, já que poderá provocar ainda mais a disposição dos indígenas.

VITIMAS DA OMISSÃO

Segundo o relato feito pelos participantes do encontro, divididos pela região na qual atuam, a atual situação dos indígenas brasileiros pode ser analisada segundo o atual estágio de suas terras.

Assim, segundo os participantes, o país foi dividido em terras demarcadas, demarcadas e redelimitadas, delimitadas, interditas, sem qualquer providência, e liberadas por transferências forçadas dos índios.

Os 11.336 índios da região sul estão sob o controle e fiscalização de 20 postos da Funai, estão distribuídos em uma área total de 151.740 hectares. Embora a maior área (70.722 hectares) e o maior número de postos (11) esteja no Paraná, ali vivem apenas 3.916 índios. Em Santa Catarina, o número é estimado em 2.190, distribuídos em 30.338 hectares e sob o controle de dois postos da Funai e, no Rio Grande do Sul, há 5.230 índios, em 50.680 hectares e sete postos.

No Estado de São Paulo existem atualmente 710 índios, que vivem em uma área de 3.529 hectares e sob a vigilância de quatro postos. No entanto, outros 714 vivem fora das reservas. Entre as culturas remanescentes indígenas do sul e no Estado de São Paulo, predomina a Caimangue.

A primeira parte do relatório, que será divulgada na próxima semana, analisa a situação das terras nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, concluindo que em quase todas as áreas dos três Estados, apesar das já demarcadas, um grave problema é o da invasão, "estimulada pela atitude omissa ou incentivadora da Funai".

Segundo os religiosos, a omissão ou incentivo da Funai em relação às terras indígenas foi o que gerou o surgimento de movimentos como os de Nonoai (maio) e Rio das Cobras (janeiro) deste ano. Nessas duas áreas, os índios livraram suas terras dos invasores e, "aproveitando-se do medo que se instalou na região, a Funai aproveitou para limpar algumas outras áreas do sul do País".

O relatório elaborado em Londrina informa também que no Paraná todas as áreas foram redemarcadas, em prejuízo dos índios, no governo de Moisés Lupion. Citam como exemplo as terras dos Kaingang em Londrina, São Jerônimo da Serra, Manoel Ribas Ortigueira, Cândido de Abreu, Guarapuava e Palmas; as terras dos Kaingang e Guarani em Rio das Cobras e Mangueirinha e as terras dos xiripá (guarani) em Santa Amália.

Em Mangueirinha, no município de Palmas, segundo denúncias do CIMI, mais da metade da área de 8.804 hectares (população indígena estimada em 370 pessoas), está nas mãos do grupo Slaviero e Filhos, de Curitiba; em São Jerônimo da Serra, sede do município, está dentro das terras doadas aos índios pelo Barão de Antonina e a maior parte da área já foi ocupada pelos invasores; em Mangueirinha, além da invasão, a construção de um barragem no rio Iguaçú tomará outra parte da área, o que já obrigou a mudança dos guaranis de sua antiga aldeia.

No Estado de Santa Catarina, foram redemarcadas áreas dos kaingangs em Xanxerê e Abelardo Luz e dos

Xokleng, em Ibirama. Além da demarcação em prejuízo dos índios, o CIMI infogma que a área dos xokleng será reduzida com a inundação provocada por uma barragem que se constrói no rio Itajaí. Sem quaisquer providências, se encontram terras dos kaingang, em Chapecó, e de um possível grupo xokleng "arredio na serra do Tabuleiro".

No Rio Grande do Sul existem, segundo o CIMI, áreas Kaingang redemarcadas em Guarita (onde há também índios mbyá-guarani), Ligeiro e Carreteiro; terras redemarcadas dos kaingangs em Inhacorá (parte entregue a colonos e parte nas mãos da Secretaria da Agricultura — ato do governo Leonel Brizola); terra dos kaingangs em

Nonoai (20 mil hectares de reserva grilada pelo Estado em 1949, quando foi transformada em parque florestal terra dos Kaingangs em Votouro (entregue no governo de Leonel Brizola a colonos), dos guaranis em Votouro e dos Kaingangs em Caçique Doble.

No Estado de São Paulo estão demarcadas terras dos terena em Avaí e dos kaingangs em Brauna e Tupã. No entanto, segundo o CIMI, estas terras são consideradas insuficientes. Já foram demarcadas as terras dos guaranis em Peruíbe; delimitadas as áreas dos guaranis em Itariri e sem nenhuma providência as áreas dos guaranis em Itanhaém, Boracéia, Ubauba e Santo Amaro.